

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Inova Saúde São Paulo SPE S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Inova Saúde São Paulo SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização do reequilíbrio financeiro

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Companhia reconhece: (a) pleito de recomposição patrimonial da alíquota de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre a remuneração aportes mensais; (b) reequilíbrio econômico-financeiro decorrente do atraso do início das operações do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher; (c) pleito de recomposição patrimonial referente ao equívoco no reajuste do pagamento das contraprestações mensais; (d) aplicabilidade e exigibilidade trienal do Reajuste Complementar da Parcela Variável; e (e) recomposição patrimonial decorrente do atraso do Poder Concedente em liberar as áreas necessárias para o início das obras de construção do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher.

Devido a relevância e subjetividade do assunto e o potencial impacto desses assuntos nas demonstrações contábeis da Companhia, consideramos esse assunto significativo para auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do ambiente de controle interno no que tange ao processo de atualização do Reequilíbrio adotado pela Companhia; (b) avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos apresentados pela Companhia; (c) teste documental, em base amostral, sobre a base de contraprestações mensais e aportes realizados pelo poder concedente; (d) recálculo da atualização monetária de multa e juros; (e) Confronto das informações da memória de cálculo com o contrato de concessão e *legal opinion* dos advogados da Companhia; (f) teste documental sobre os recebimentos ocorridos e (g) avaliação da divulgação das informações nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas, determinamos que as estimativas utilizadas para reconhecimento da receita estão adequadas, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de março de 2024.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022		Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	24.400	1.463	Fornecedores	-	6.130	7.162
Ativo financeiro de concessão	6	97.558	91.013	Empréstimos e financiamentos	9.1	28.443	28.238
Contas a receber	7	11.695	11.062	Instrumentos financeiros derivativos	9.2	633	-
Impostos e contribuições a compensar	-	1.506	1.286	Arrendamento mercantil	-	383	306
Adiantamentos a fornecedores	8	15.285	7.544	Obrigações e encargos trabalhistas	10	4.904	3.656
Outros créditos	-	950	614	Obrigações tributárias	11	5.228	2.735
		151.394	112.982	Partes relacionadas	12	12	12
				Dividendos	-	401	1.144
						46.134	43.253
Não circulante				Não circulante			
Impostos diferidos	13.1	9.391	13.080	Empréstimos e financiamentos	9.1	246.450	265.475
Contas a receber	7	109.077	121.462	Arrendamento mercantil	-	381	695
Ativo financeiro de concessão	6	477.069	461.592	Partes relacionadas	12	233	233
		595.537	596.134	Impostos diferidos	13.2	148.915	141.498
				Provisões	14	20.283	15.602
				Receita diferida	15	2.729	2.037
						418.991	425.540
				Total do passivo		465.125	468.793
Ativo Imobilizado	-	9	11	Patrimônio líquido			
Ativo intangível	-	1.441	1.824	Capital social	16.1	69.282	69.282
Ativo financeiro em formação	-	380	367	Reserva de lucros	-	214.354	173.243
		597.367	598.336			283.636	242.525
				Total do passivo e patrimônio líquido		748.761	711.318
Total do ativo		748.761	711.318				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida		173.618	362.216
Custo dos serviços prestados	19	(130.184)	(226.131)
Lucro bruto	18	43.434	136.085
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(17.025)	(16.142)
Outras receitas líquidas operacionais		352	172
Lucro líquido antes do resultado financeiro		26.761	120.115
Resultado financeiro			
Receitas financeiras líquidas	20	76.820	83.385
Despesas financeiras	21	(41.016)	(29.668)
		35.804	53.717
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição social		62.565	173.832
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	13.3	(10.169)	(56.924)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	13.3	(12.028)	(2.515)
Lucro líquido do exercício		40.368	114.393

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	40.368	114.393
Resultado abrangente do exercício	40.368	114.393

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas explicativa	Capital social			Reserva de lucros		Lucro líquido do exercício	Total do patrimônio líquido
		Subscrito	A integralizar	Integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros		
Em 31 de dezembro de 2021		69.099	(3.462)	65.637	3.200	56.707	-	125.544
Integralização de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento capital social	16.1	183	3.462	3.645	-	-	-	3.645
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	114.393	114.393
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	5.720	-	(5.720)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	108.673	(108.673)	-
Dividendos mínimos obrigatórios 2022	16.2	-	-	-	-	(1.144)	-	(1.144)
Reversão de dividendos mínimos 2021	16.2	-	-	-	-	87	-	87
Em 31 de dezembro de 2022		69.282	-	69.282	8.920	164.323	-	242.525
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	40.368	40.368
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	2.018	-	(2.018)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	38.350	(38.350)	-
Dividendos mínimos obrigatórios 2023	16.2	-	-	-	-	(401)	-	(401)
Reversão de dividendos	16.2	-	-	-	-	1.144	-	1.144
Em 31 de dezembro de 2023		69.282	-	69.282	10.938	203.416	-	283.636

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	62.565	173.832
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Margem na construção	(4.138)	(22.310)
Depreciações e amortizações	548	315
Encargos sobre empréstimos	35.543	37.581
Juros sobre mútuo	-	266
Variações monetárias sobre ativo financeiro	(73.028)	(82.009)
Demais variações monetárias	-	(1.139)
Provisões	4.681	4.713
Apropriação Receita diferida	692	443
Apropriação dos impostos diferidos (PIS/COFINS)	936	16.030
	27.799	127.721
Variações em saldos de ativos e passivos		
Ativo financeiro de concessão	88.543	40.662
Contas a receber de clientes	(633)	(6.897)
Impostos e contribuições a compensar	(220)	138
Reequilíbrio financeiro	12.385	(111.645)
Créditos com fornecedores	(8.097)	45.298
Outras contas a receber	7	(298)
Fornecedores	(1.033)	(21.873)
Obrigações e encargos trabalhistas	2.170	2.246
Obrigações tributárias	1.573	1.252
Pagamento de Imposto de Renda e da Contribuição Social	(12.028)	(2.515)
Pagamento de juros e principal arrendamento mercantil - CPC 06	(236)	(312)
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	110.228	73.776
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições do ativo financeiro em formação	(33.399)	(165.808)
Recebimento de aportes	-	40.247
Aquisição de ativo intangível	(163)	(714)
Caixa restrito	-	3.712
Custos dos empréstimos com ativo financeiro em formação	-	(12.565)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(33.562)	(135.128)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros		
Empréstimos e financiamentos		
Catatação de empréstimos e financiamentos	10.000	54.133
Amortização de empréstimos e financiamentos	(28.062)	(13.936)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(36.922)	(37.349)
Custo na captação de recurtos com terceiros	704	638
Captação de arrendamento mercantil	1.859	3.100
Amortização de arrendamento	(1.308)	(439)
Pagamento de juros sobre arrendamento	-	(58)
Captação de mútuo com partes relacionadas	-	11.000
Amortização de mútuo com partes relacionadas	-	(11.000)
Pagamento de juros sobre mútuo com partes relacionadas	-	(266)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento com terceiros	(53.729)	5.823
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com Acionistas		
Capital social	-	3.646
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos com Acionistas	-	3.646
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	22.937	(51.883)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	1.463	53.346
No fim do período	24.400	1.463
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	22.937	(51.883)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Inova Saúde São Paulo SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de São Paulo - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de São Paulo.

O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços não assistenciais previstos no contrato de concessão "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa.

O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17/10/2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5.

O objeto do Contrato de Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido:

- i. Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato;
- ii. Construção e implantação do Complexo Hospitalar;
- iii. Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- iv. Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- v. Prestação dos Serviços "Bata Cinza";
- vi. Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)**

O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da data de assinatura do Termo de Transferência Inicial pelas Parte.

2. Base de elaboração, apresentação e políticas contábeis materiais e outras informações das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 04 de março de 2024.

Em conformidade com a Orientação “OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral”, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

3. Práticas contábeis materiais e outras informações adotadas

3.1. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, com liquidez imediata, com vencimentos originais em até três anos, indexadas ao CDI e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo.

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB's com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 100,5% a 103% (95% a 103% em 2022) do CDI e referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração objetiva a atender compromissos de curto prazo.

3.2. Ativo financeiro de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. Os gastos com a infraestrutura não são registrados no ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle de uso da infraestrutura de serviços públicos. É previsto apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente.

3.3. Contas a receber

O Contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços “bata cinza” e pelos valores de reequilíbrio financeiro (vide nota explicativa nº7) junto a Secretaria do Estado de Saúde.

As contraprestações variáveis estão em sua totalidade relacionados a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores com aferições mensais e avaliados pelo poder concedente através de verificador independente. Até o momento, a Companhia não recebeu nenhuma notificação de desaprovação pelo poder Concedente.

A recomposição do equilíbrio contratual está assegurada no contrato de concessão. Atendendo às regras do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes, o reequilíbrio financeiro é reconhecido nas demonstrações contábeis da Companhia quando a entrada dos benefícios econômicos é praticamente certa.

3.4. Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos estão demonstrados ao custo e correspondem aos valores pagos ao fornecedor, para execução da construção do Complexo Hospitalar, bens ou serviços que irão compor o custo dos serviços a serem prestados ao cliente.

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São registrados na conta de provisão de manutenção os gastos necessários para recuperar a infraestrutura a um nível específico de operacionalidade antes de devolvê-la ao Poder Concedente. A contabilização é realizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão e atualizados com base no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis estão demonstrados na nota 15.1 e os que são avaliados por nossa assessoria jurídica como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

3.7. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

3.8. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Administração utiliza instrumento financeiro derivativo não designado como instrumento de hedge accounting, classificado como “swap” para proteção de contrato com taxa pré-fixada.

Em 31 de dezembro de 2023, a companhia possuía operação de “swap” contratada junto ao Banco Bocom. Em, 2022, a Companhia não possuía transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.10. Capital social

Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido.

3.11. Apurações do resultado

A receita de construção é reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro.

As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa do poder concedente.

A receita de concessão é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços “bata cinza”.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na Rubrica de “Receitas/Despesas financeiras”.

3.12. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros

A IFRS 17/CPC 11 emitido pelo IASB em 2017 substitui o IFRS 4 para o período de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 Introduce uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguros. Antes do CPC11/IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo relacionada com a contabilização e divulgação de contratos de seguro.

Dado que o CPC11/IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade a sua adoção pode ter efeitos sobre não seguradoras. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais.

Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros

i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Companhia.

ii. Reforma Tributária Internacional - regras do Modelo *Pillar Two*

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre os potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do Modelo do *Pillar Two*.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - regras do modelo *pillar two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *pillar two*.

A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

3.14. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações Contábeis da Companhia, a saber:

- a) **Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2):** acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b) **Alterações na norma IAS 1/CPC 26:** esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- c) **Alterações na norma IAS 1/CPC 26:** esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- d) **Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) **Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2):** exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. Eventualmente, a Companhia efetua operações de *swap* de taxa de juros fixa para taxa de juros variável, a fim de proteger o risco de taxa de juros ao valor justo, decorrente de empréstimos tomados a taxas fixas.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

4.2. Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. A administração entende não haver riscos de mercado pela alteração na taxa de câmbio uma vez que seus passivos financeiros registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operação de “swap”, de modo que o tratamento contábil e financeiro deste empréstimo é denominado em moeda local.

(ii) Risco de taxas de juros

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5.

A exposição da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento.

4.3. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.4. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	13.966	213
Aplicações financeiras		
Banco Bradesco - CDB's	7.520	-
Banco Itaú - Aplic. Automática	-	8
Banco Santander S/A	1.411	1.242
Banco Daycoval S/A	1.503	-
	<u>24.400</u>	<u>1.463</u>

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB's dos respectivos bancos com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 100,5% a 103% (95% a 103% em 2022) do CDI.

6. Ativo financeiro de concessão

O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito contratual de receber caixa através da contraprestação mensal fixa, conforme demonstrativo a seguir:

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2022	Movimentação	31/12/2023
Ativo financeiro de concessão	934.682	37.537	972.219
Atualização do ativo financeiro	203.540	73.028	276.568
Recebimentos de aportes	(434.647)	-	(434.647)
Recebimentos Contraprestação fixa	(150.970)	(88.543)	(239.513)
	552.605	22.022	574.627

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	97.558	91.013
Não Circulante	477.069	461.592

O valor devido pelo Poder Concedente é mensurado ao custo amortizado e os juros calculados com base no método da taxa efetiva de juros (TIR 0,88% 2023 e TIR 0,93% 2022 Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher) e (TIR 1,16% e TIR 1,12%), são reconhecidos no resultado.

7. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber		
Parcela Variável	11.738	10.950
Receita Acessória	88	151
Direito de exploração	(131)	(39)
Reequilíbrio financeiro	109.077	121.462
	120.772	132.524

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	11.695	11.062
Não Circulante	109.077	121.462

A linha “Direito de Exploração” refere-se à participação da Secretaria do Estado de Saúde de 25% sobre o valor bruto das receitas acessórias.

Abaixo, segue movimentação dos valores de reequilíbrio financeiro:

	31/12/2022	Reequilíbrio Atual. Financeira	Recebimentos	31/12/2023
Atraso no pagamento de aportes e contraprestações (a)	6.732	-	1.374	(8.106)
Diferencial de alíquota ISS (b)	3.765	-	601	(760)
Atraso no início da operação HCSR (c)	16.399	218	2.585	(14.278)
Diferença reajuste anual (d)	-	2.944	-	(1.969)
Triênio (e)	-	5.005	-	-
Atraso no início da construção HCSR (f)	94.566	-	-	-
	121.462	8.167	4.560	(25.113)
				109.077

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

- a) Em agosto de 2023 foi recebido o montante de R\$ 8.106 referente ao pleito de recomposição patrimonial nos recebimentos de aportes e contraprestações mensais. Decorrido o prazo de 5 dias, o valor devido é acrescido de juros de mora correspondente à variação *pro rata temporis* da SELIC;
- b) Para a formação da proposta comercial, o Edital previu que os licitantes deveriam considerar a incidência sobre a remuneração (aportes e contraprestações) uma alíquota de 2% (dois por cento) a título de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). No entanto, a alíquota prevista no município de São Paulo é de 5% e a Companhia vem arcando com o encargo tributário superior àquele previsto em sua proposta contratada.

Em agosto de 2023, foi recebido o montante de R\$ 760 referente a diferença de alíquota de ISSQN sobre a remuneração dos aportes. O saldo de R\$ 3.606 encontra-se em análise;

- c) Em 2022, a Companhia protocolou junto à Secretaria do Estado de Saúde, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente do contrato de concessão. O pedido contempla a frustração do recebimento das contraprestações fixas e variáveis consequentes do atraso do início das operações do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher. Em dezembro de 2023, a Companhia recebeu parcialmente o montante de R\$ 14.278. O saldo encontra-se em análise;
- d) O pleito de recomposição patrimonial refere-se ao equívoco no reajuste do pagamento das contraprestações mensais. Foi considerado como data base o mês de março, sendo o reajuste previsto em contrato a data base fevereiro. Com isso, houve o recebimento a menor, pela Companhia. Em dezembro de 2023 foi recebido o montante de R\$ 1.969;
- e) Em maio de 2023, a procuradoria Geral do Estado de São Paulo emitiu parecer favorável no qual reconheceu a aplicabilidade e exigibilidade trienal do Reajuste Complementar da Parcela Variável. O reajuste leva em consideração a variação de custos de mão-de-obra comparados aos índices da inflação. O valor encontra-se em análise com estimativa de recebimento no primeiro semestre de 2024;
- f) Em 2022 a Companhia protocolou pedido de recomposição patrimonial decorrente do atraso do Poder Concedente em liberar as áreas necessárias para o início das obras de construção do HCRSM no montante de 94.566. A metodologia utilizada para o cálculo do reequilíbrio financeiro é a utilização do fluxo de caixa marginal apurado na postergação da obra do HCRSM, com recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, gerando um VPL equivalente 0 (zero) em fevereiro de 2014 a uma taxa de desconto de 8,63% (média 3 meses NTN-B 2045 + Spread de 2,5%), conforme previsto no contrato de concessão. Os valores encontram-se em discussão entre as partes.

8. Adiantamento a fornecedor

Os adiantamentos são efetuados ao fornecedor a título de pagamentos antecipados pela contratação de serviços e materiais a serem aplicados na obra ou prestação de serviços ao cliente. Os adiantamentos serão liquidados mediante a efetiva prestação dos serviços e entrega dos referidos materiais como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	10.000	1.252
Demais fornecedores	4.218	4.358
GE Brasil Healthcare do Brasil	-	933
Swisslog Healthcare Italy S.P.A. SU	1.067	1.001
	<u>15.285</u>	<u>7.544</u>

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Em outubro de 2023 a Companhia assinou o 4º aditivo de contrato de empreitada do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher com a Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A com o adiantamento de R\$ 10.000.

9. Empréstimos, financiamentos e instrumentos derivativos

9.1. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas Contratuais	Vencimento final	31/12/2023			31/12/2022
			Circulante	Não Circulante	Total	Total
BNDES - Ponte A (a)	IPCA+3,17%a.a.+Spread de 3,48%a.a.	Agosto de 2034	1.139	19.584	20.723	21.720
BNDES - Ponte B (a)	IPCA+3,03%a.a.+Spread de 3,48%a.a.	Agosto de 2034	1.831	31.264	33.095	34.700
BNDES - Capital de giro (b)	IPCA+3,03%a.a.+Spread de 3,48%a.a.	Agosto de 2034	2.260	38.590	40.850	42.832
BNDES - Financiamento (c)	IPCA+3,03%a.a.+Spread de 4,16%a.a.	Março de 2036	5.066	112.159	117.225	120.673
(-) Custos na transação			(275)	(2.472)	(2.747)	(3.010)
			10.021	199.125	209.146	216.915
			Circulante	Não Circulante	Total	Total
1º emissão de debêntures (d)	CDI + 3,60% a.a.	Agosto de 2029	7.714	46.637	54.351	61.525
(-) Custos na transação			(377)	(1.054)	(1.431)	(1.871)
			7.337	45.583	52.920	59.654
			Circulante	Não Circulante	Total	Total
Daycoval leasing - Banco Multiplo (e)	Pré fixada 0,8336% a.m.	Julho de 2024	1.784	1.782	3.566	2.928
(-) Ajuste a valor presente			(94)	(40)	(134)	(156)
			1.690	1.742	3.432	2.772
			Circulante	Não Circulante	Total	Total
Bradesco - Conta garantida (f)	CDI + 4,8845% a.a.		-	-	-	5.764
Santander - Capital de Giro 4131 (g)	CDI + 5,00% a.a.	Novembro de 2023	-	-	-	8.609
Banco Bocom (h)	CDI +2,68 a.a.	Fevereiro de 2024	9.395	-	9.395	-
			9.395	-	9.395	14.373
			28.443	246.450	274.893	293.714

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)**

- a) Em 31 de agosto de 2021 através do 11º contrato aditivo, a Companhia realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade empréstimo-ponte no valor de R\$ 58.727 com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato;
- b) Em 31 de agosto de 2021 através do 9º contrato aditivo, a Companhia realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade de capital de giro no valor de R\$ 44.592 com o Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional (BNDES). O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato.

Os recursos foram destinados ao apoio à implantação do complexo hospitalar de São José dos Campos.

- c) Em 31 de agosto de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional (BNDES) com crédito autorizado de R\$ 120.000. A Companhia recebeu o valor de R\$ 90.000 em 30 de setembro de 2021 e 30.000 em 24 de fevereiro de 2022.

Os recursos foram destinados ao apoio à implantação do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher.

- d) Em 19 de agosto de 2021, através de aprovação em Assembleia geral extraordinária a Companhia aprovou a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única. O valor total da emissão é R\$ 60.340 totalizando um montante de 60.340 debêntures com valor Nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais). As debêntures terão carência de 6 meses para o vencimento principal e pagamento de juros trimestrais.

Os recursos obtidos foram destinados para pagamento do saldo da dívida junto ao Banco Bradesco e, investimentos na manutenção do hospital de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher.

- e) Em abril de 2021, a Companhia realizou contrato de arrendamento mercantil com o Bando Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. no valor de R\$ 123 para a renovação do parque tecnológico do Hospital Estadual de São José dos Campos;

Em setembro de 2022, a Companhia realizou o contrato de arrendamento mercantil com o Bando Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. no valor de R\$ 149 para renovação dos computadores do escritório administrativo. Em setembro de 2022, a Companhia realizou o contrato de arrendamento mercantil com o Bando Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. no valor de R\$ 2.950 para aquisição do parque tecnológico do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher.

- f) Em dezembro de 2022, a Companhia realizou o contrato de conta garantida junto ao Banco Bradesco no valor de R\$ 5.764 para recomposição dos fluxos de caixa. O contrato foi liquidado em 2023;
- g) Em dezembro de 2022, a Companhia realizou o contrato de empréstimo junto ao Banco Santander Brasil no valor de R\$ 8.400 para recomposição dos fluxos de caixa. O contrato foi liquidado em novembro de 2023;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

- h) Em fevereiro de 2023 a Companhia, captou R\$ 10.000 em empréstimo denominado em moeda estrangeira para recomposição do fluxo de caixa junto ao Banco Bocom. O valor principal é acrescido de juros para o qual foi contratado operação de “swap” com o objetivo de proteção contra riscos de mudança das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescido de taxa pré-fixada. Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido.

9.2. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui a operação de SWAP abaixo, no qual tem a posição ativa indexada ao SOFR e como contrapartida passiva o indexador é o CDI, a amortização do valor principal é de acordo com o vencimento do contrato de empréstimo ao qual o contrato SWAP está atrelado.

O efeito da operação de SWAP está registrado na Rubrica “Instrumento financeiro derivativo” no Balanço Patrimonial a longo prazo do passivo.

Valor original	Contratação	Vencimento final	Ponta ativa	Saldo ativo	Ponta passiva	31/12/2023	Instrumento financeiro derivativo
10.000	02/2023	02/2024	SOFR + 3,51% a.a.	9.395	CDI + 2,68% a.a.	10.028	633

Valor original	Contratação	Vencimento final	Ponta ativa	Saldo ativo	Ponta passiva	31/12/2022	Instrumento financeiro derivativo

Os empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros apresentam a seguinte movimentação:

Saldos no início do exercício	293.714
Captação de empréstimos	11.859
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	35.543
Amortização de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(29.371)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(36.922)
Custo na emissão de empréstimos e financiamentos	704
Saldo no final do exercício	275.526

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

As parcelas do não circulante estão demonstradas a seguir por vencimento:

Empréstimos	2025	2026	2027	2028	2029 a 2036	Total
Ponte A	1.175	1.309	1.461	1.629	14.009	19.583
Ponte B	1.889	2.102	2.343	2.608	22.322	31.264
Capital de Giro	2.332	2.595	2.892	3.219	27.553	38.591
Empréstimos	5.106	5.709	6.392	7.136	87.817	112.160
	<u>10.502</u>	<u>11.715</u>	<u>13.088</u>	<u>14.592</u>	<u>151.701</u>	<u>201.598</u>

Debêntures	2025	2026	2027	2028	2029 a 2036	Total
Banco Bradesco	8.236	9.109	10.074	11.142	8.077	46.637
	<u>8.236</u>	<u>9.109</u>	<u>10.074</u>	<u>11.142</u>	<u>8.077</u>	<u>46.637</u>

Leasing	2025	2026
Banco Daycoval	1.295	487
	<u>1.295</u>	<u>1.295</u>

Garantias da operação

A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de garantias para assegurar o pagamento das obrigações de juros e principal ao BNDES e ao Agente fiduciário. As garantias são constituídas pelos direitos emergentes do Contrato de Concessão, de titularidade da Companhia, incluindo o direito de receber todos e quaisquer valores pendentes de pagamento pelo Poder Concedente e/ou pela Companhia Paulista de Parcerias (CPP) à Companhia.

Além da cessão fiduciária, a Companhia mantém como garantia de pagamento das obrigações dos contratos, conta vinculada destinada a receber os créditos decorrentes dos créditos cedidos e, carta fiança junto ao banco Itaú:

Garantias da operação	Contrato	Data de abertura	Data vencimento	Saldo
Fiança BNDES	422050014200	01/06/2022	03/06/2024	15.584
Fiança BNDES	422050014300	01/06/2022	03/06/2024	2.769
Fiança BNDES	422050014400	01/06/2022	03/06/2024	4.415
Fiança BNDES	422050014500	01/06/2022	03/06/2024	5.450
				<u>28.218</u>

Cláusulas Contratuais Restritivas - Covenants

Os covenants financeiros vinculados aos contratos de empréstimos com o BNDES e emissão de debêntures estão demonstradas a seguir:

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

Índice de Capital Próprio (ICP) igual ou superior a 0,30:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Patrimônio Líquido	283.637	242.525
Ativo Total	748.761	711.318
ICP	<u>0,378808</u>	<u>0,340952</u>

De acordo com os Contratos de Financiamento com o BNDES e Escritura de emissão de debêntures, a Companhia deve comprovar, anualmente, durante toda a vigência dos Contratos, a manutenção do “Índice de Capital Próprio” (“ICP”) em patamar igual ou superior a 0,30 (trinta centésimos), o que de acordo com os contratos caso não seja atendido será considerado vencimento antecipado não automática das respectivas dívidas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está em conformidade com cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamento do BNDES.

10. Obrigações trabalhistas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisões	2.318	1.491
Salários a pagar	999	970
Inss a pagar	744	603
IRRF a pagar	417	391
Fgts a pagar	214	154
Férias a pagar	185	-
Pensão Alimentícia a Pagar	27	-
Outros	-	47
	<u>4.904</u>	<u>3.656</u>

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

11. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
COFINS a recolher	1.889	1.403
ISS a recolher	670	359
CSLL a pagar	602	-
IRPJ a pagar	586	-
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	447	269
INSS retido na fonte	445	292
Pis a recolher	395	299
ISS na fonte	134	62
IR retido na fonte	35	28
ICMS a Pagar	25	22
	<u>5.228</u>	<u>2.735</u>

12. Partes relacionadas

Os saldos das contas correntes passivas representam operações com partes relacionadas.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas-correntes passivas		
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	245	245
	<u>245</u>	<u>245</u>
Passivo circulante	<u>12</u>	<u>12</u>
Passivo não circulante	<u>233</u>	<u>233</u>

Adicionalmente, a Companhia possui adiantamentos para a construção do hospital HCRSM demonstrados na nota “9 Adiantamentos a fornecedor” e, contrato de sublocação e compartilhamento de despesas.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

13. Impostos diferidos registrados no ativo, passivo e demonstração do resultado

13.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal - IRPJ		
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	22.956	26.251
Prejuízo fiscal do exercício - IRPJ	(15.648)	(3.294)
Base ajustada - IRPJ	7.308	22.956
Imposto de renda diferido	1.827	5.739
Base negativa - CSLL		
Base negativa de exercícios anteriores	22.956	26.251
Base negativa do exercício - CSLL	(15.205)	(3.294)
Base ajustada - CSLL	7.751	22.956
Contribuição social diferido	697	2.066
Bases temporárias		
Base de cálculo temporária exercícios anteriores	15.514	15.471
Movimentação da base do diferido, líquidos	4.681	43
Base ajustada	20.195	15.514
Imposto de renda diferido	5.049	3.879
Contribuição social diferido	1.818	1.396
Imposto de renda e contribuição social registrados no ativo	9.391	13.080

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise de lucros tributários futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos aprovados pela Administração da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

As bases temporárias são constituídas dos valores de provisão para reinvestimentos adicionados da sua atualização financeira.

13.2. Impostos registrados no passivo

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R\$ 148.915 (R\$ 141.498 em 2022), representam os valores de impostos diferidos da receita total da construção, variações monetárias sobre o ativo financeiro e recebimentos futuros sobre reequilíbrios financeiros.

Com base na IN 1700 de 2017 RFB, os valores de Pis/Cofins e IRPJ/CSLL devem ser recolhidos a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")		
Ativo financeiro de concessão	17.677	18.129
Variação monetária do ativo financeiro	38.408	29.791
Reequilíbrio financeiro	<u>24.588</u>	<u>27.989</u>
	80.673	75.909
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Ativo financeiro de concessão	6.364	6.526
Variação monetária do ativo financeiro	13.827	10.725
Reequilíbrio financeiro	<u>8.851</u>	<u>10.075</u>
	29.042	27.326
Programa de Integração Social ("PIS")		
Ativo financeiro de concessão	3.963	4.053
Variação monetária do ativo financeiro	999	773
Reequilíbrio financeiro	<u>1.743</u>	<u>1.767</u>
	6.705	6.594
Seguridade Social ("COFINS")		
Ativo financeiro de concessão	18.289	18.705
Variação monetária do ativo financeiro	6.145	4.755
Reequilíbrio financeiro	<u>8.061</u>	<u>8.210</u>
	32.495	31.670
Total dos impostos diferidos passivos	<u>148.915</u>	<u>141.498</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

13.3. Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no resultado

Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social	31/12/2023	renda	Social	31/12/2022
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	63.028	63.028	63.028	173.832	173.832	173.832
Adições	78.507	77.033	78.507	49.805	49.805	49.805
Realização da margem da construção	5.944	5.944	5.944	9.313	9.313	9.313
Realização da variação monetária	38.818	38.818	38.818	34.176	34.176	34.176
Bases temporárias	4.681	4.681	4.681	4.643	4.643	4.643
Reequilíbrio financeiro	25.114	25.114	25.114	-	-	-
Outras adições	3.950	2.476	3.950	1.674	1.674	1.674
Exclusões	89.376	89.376	89.376	212.658	212.658	212.658
Margem da construção	4.138	4.138	4.138	22.310	22.310	22.310
Variação monetária sobre contrato de concessão	73.028	73.028	73.028	82.009	82.009	82.009
Reequilíbrio financeiro	11.774	11.774	11.774	103.342	103.342	103.342
Recuperação de despesa	-	-	-	4.601	4.601	4.601
Outros	436	436	436	396	396	396
Resultado fiscal antes da compensação	52.158	50.684	52.158	10.981	10.980	10.980
Compensações de prejuízos fiscais/base negativa	(15.647)	(15.205)	(15.647)	(3.295)	(3.295)	(3.295)
Base de cálculo após compensações	36.511	35.479	36.511	7.686	7.685	7.685
Imposto calculado	(9.104)	(3.193)	(12.297)	(1.898)	(692)	(2.590)
(-) PAT Programa de atenção ao trabalhador	219	-	219	46	-	46
(-) Doações	50	-	50	29	-	29
Impostos correntes registrados no resultado	(8.835)	(3.193)	(12.028)	(1.823)	(692)	(2.515)
	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
Descrição:	renda	Social	31/12/2023	renda	Social	31/12/2022
Ativo financeiro de concessão	452	163	615	(3.249)	(1.170)	(4.419)
Variação monetária do ativo financeiro	(8.553)	(3.079)	(11.632)	(11.958)	(4.306)	(16.264)
Reequilíbrio financeiro	3.336	1.201	4.537	(25.835)	(9.301)	(35.136)
Bases temporárias	1.170	421	1.591	11	4	15
Prejuízo fiscal	(3.912)	(1.368)	(5.280)	(824)	(297)	(1.120)
Impostos diferidos registrados no resultado	(7.507)	(2.662)	(10.169)	(41.854)	(15.070)	(56.924)

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

14. Provisões

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para reinvestimento	20.194	15.513
Contingência trabalhista	89	89
	<u>20.283</u>	<u>15.602</u>

O contrato de concessão com a Secretária do Estado de Saúde prevê que o parceiro privado realize todas as substituições, atualizações e manutenções dos equipamentos, de modo a atingir a plena satisfação dos indicadores de desempenho. Diante desta obrigação contratual, a Companhia vem provisionando valores referente aos reinvestimentos em equipamentos que deverão ser realizados ao longo do período de concessão. Os valores são reajustados com base nos índices de inflação - IPCA.

15. Receita diferida

O contrato de concessão firmado com a Secretária do Estado de Saúde prevê a exploração de receitas acessórias nos Hospitais, mediante contratação de terceiros ou via subsidiária integral da Cedente. Os valores demonstrados abaixo representam a outorga recebida para exploração do Hospital Estadual de São José dos Campos e Centro de Referência em Saúde da Mulher:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita diferida	2.729	2.037
	<u>2.729</u>	<u>2.037</u>

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 69.282, representado por 61.660.598 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado.

16.2. Dividendos

Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, a Companhia poderá efetuar livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base em balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim; A Companhia constituiu o valor de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 401; os acionistas optaram pela não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 1.114 relativos ao ano de 2022. Os valores foram revertidos para a conta de Reserva de lucros.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

17. Lucro bruto

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de construção da concessão	37.550	202.446
Receita da concessão	139.130	70.403
Receitas acessórias	1.145	441
Receita de reequilíbrio financeiro	8.169	111.395
(-) Deduções sobre receitas acessórias	(206)	(110)
Tributos sobre construção da concessão	(1.363)	(8.055)
Tributos sobre concessão	(9.620)	(4.878)
Tributos sobre receitas acessórias	(102)	(41)
Tributos sobre receita de reequilíbrio	(1.084)	(9.386)
Receita operacional líquida (b)	<u>173.619</u>	<u>362.216</u>
(-) Custo da construção	(33.412)	(180.137)
(-) Custo da operação	(96.772)	(45.994)
Lucro bruto (a)	<u>43.434</u>	<u>136.085</u>
Margem % ((a) / (b))	<u>25,02%</u>	<u>37,57%</u>

18. Custos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços contratados	(38.461)	(30.709)
Custo com pessoal	(28.019)	(13.246)
Manutenção predial	(11.131)	(2.281)
Serviços de TI	(5.680)	(2.248)
Reposição do ativo financeiro	(3.701)	(403)
Provisão	(3.085)	(3.112)
Materiais e equipamentos hospitalares	(2.121)	(4.387)
Reversão provisão SPDM	-	11.379
Outros	(4.574)	(988)
Custos da operação	<u>(96.772)</u>	<u>(45.994)</u>
(-) Custo de construção da concessão	(33.412)	(180.137)
	<u>(130.184)</u>	<u>(226.131)</u>

O aumento dos custos deve-se ao início da operação no hospital HCSR.M.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas com pessoal	(13.275)	(10.949)
Serviços de terceiros	(1.699)	(1.816)
Despesas gerais	(1.421)	(1.353)
Impostos e taxas	(918)	(1.709)
Depreciações e amortizações	(548)	(315)
Outras despesas/receitas administrativas	836	-
	<u>(17.025)</u>	<u>(16.142)</u>

20. Receitas financeiras

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Variações monetárias sobre ativo financeiro	73.207	82.009
Variações monetárias sobre reequilíbrio financeiro	3.701	1.139
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.568	3.695
Multa e juros sobre reequilíbrio financeiro	860	257
Outras receitas financeiras	277	352
Impostos sobre receitas financeiras	(3.793)	(4.067)
	<u>76.820</u>	<u>83.385</u>

As variações monetárias ativas referem-se em sua maioria, a atualização do Ativo Financeiro de concessão com base na taxa interna de retorno.

21. Despesas financeiras

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Juros sobre empréstimos	(35.543)	(25.013)
Variações monetárias sobre reinvestimento	(1.595)	(1.530)
Comissões bancárias	(1.164)	(313)
Custos nas transações com empréstimos	(705)	(665)
Despesas com SWAP	(692)	-
Juros de mora	(352)	(266)
Iof sobre operações financeiras	(202)	(136)
Juros sobre leasing	(110)	(58)
Juros sobre arrendamento	(84)	(248)
Outras Despesas financeiras	(569)	(1.437)
	<u>(41.016)</u>	<u>(29.668)</u>

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

22. Informações complementares de Ebitda

Abaixo segue o Ebitda ajustado considerando os pagamentos das contraprestações mensais fixas que representam a remuneração do Ativo Financeiro:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e resultado financeiro	26.761	120.115
(+) depreciações / amortizações	548	315
Ebitda	27.309	120.429
(+) Parcela fixa - Ativo financeiro	88.543	40.662
Ebitda ajustado	115.852	161.091

23. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

<u>Fornecedor</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da Cobertura</u>
Tokio Marine	Riscos Nomeados	325.087
Pottencial Seguradora	Constr. E Ações Tranalhistas	65.076
Akad Seguros	Resp. Civil Geral e de Riscos Ambientais	15.047
Axa Seguros S.A	R.C. de Administradores e Diretores - D&C	54.658

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes.

24. Eventos subsequentes

Até a data da publicação das demonstrações contábeis, não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 “Evento Subsequente”.